



TÉCNICO ADMINISTRATIVO

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível

MÉDIO

Turno

TARDE

PROVA

01

**Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!**



**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **cinquenta questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto Aocp** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

Arte Digital: saiba como tudo começou

Saiba como a tecnologia revolucionou o mundo da arte e quem foram os principais responsáveis.

Por Paulo Varella

A arte digital é um movimento artístico que encapsula uma obra ou prática artística que usa qualquer forma de tecnologia digital como parte de seu processo de criação ou apresentação. Sendo um método de arte muito acessível, nunca se criaram tantas possibilidades no mundo da arte como a arte digital.

À medida que a era digital (também conhecida como a era da informação) marcou sua presença no mundo entre 1950 e 1970, era apenas uma questão de tempo até que os artistas entendessem suas tecnologias progressivas para sua própria produção criativa.

Como acontece com todos os novos meios, os artistas começaram a exercer essas novas e valentes inovações da sociedade, incluindo a televisão, a introdução do computador pessoal, a acessibilidade do *software* de audiovisual e, eventualmente, a internet, em suas próprias obras.

Embora a arte digital não seja reconhecida como um movimento distinto, por si só, à medida que a tecnologia continua a crescer rapidamente na sociedade contemporânea, continuaremos a vê-la se desenvolver e a passar por constantes mudanças, solidificando-se como uma possível alternativa aos meios tradicionais de criação de arte.

[...]

Em 1967, foi formado um coletivo originado pelos engenheiros Billy Klüver e Fred Waldhauer e pelos artistas Robert Rauschenberg e Robert Whitman. Esse grupo foi nomeado como EAT (Experimentos em Arte e Tecnologia) e sua missão era promover a colaboração entre a arte e o crescente mundo da tecnologia.

O resultado dessa criação foi uma série de instalações e desempenhos que incorporavam sistemas eletrônicos inovadores, incluindo circuitos elétricos, projeção de vídeo e projeção de som sem fio. Ainda que muitos desses sistemas não fossem estritamente “digitais” devido à relativa primitividade da tecnologia envolvida, o EAT lançou as bases para um tipo de arte que abraçou e explorou o progresso tecnológico.

Inaugurando as “regras” do que conhecemos como arte conceitual, arte de desempenho, música de barulho experimental, teatro das eras de Dada, Fluxus e os “acontecimentos” da década de 1960 na era digital revolucionária, os experimentos desse grupo representaram um casamento inovador entre artistas e tecnologias nunca vistas anteriormente.

[...]

À proporção que a tecnologia se tornou mais enraizada na existência cotidiana, a novidade do “digital” na arte desapareceu. Hoje, não se vê muito trabalho conceitual, vídeo, internet, mídia social e arte multimídia utilizando ferramentas digitais e mídia sem alinhamento específico com o movimento de arte digital. As obras nesse domínio, geralmente, são agora consideradas sob o termo mais abrangente “*new media art*”.

A tecnologia continua a avançar à velocidade da corrente, compelida pela imaginação do homem contemporâneo. Por exemplo, embora muitos artistas, ao longo do tempo, tenham feito arte inspirada no cosmos, alguns artistas hoje estão explorando espaço e outras dimensões por meio do uso de *software* astronômico digital de alta tecnologia.

[...]

Adaptado de: <https://arteref.com/movimentos/arte-digital/>.

Acesso em: 19 nov. 2024.

1

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os artistas iniciaram um exercício de inovações sociais recentes e vigorosas, a incluir, primordialmente, a introdução da internet.
- (B) O EAT conservou os fundamentos para uma arte que acolheu e explorou o avanço tecnológico.
- (C) A arte digital, com o avanço da tecnologia, atenua-se em uma possível alternativa aos meios tradicionais de criação de arte.
- (D) A arte digital é uma forma de arte bastante popular, a considerar que nunca houve tantas possibilidades no universo artístico.
- (E) O período conhecido como era digital, também denominado era da informação, estendeu-se entre as décadas de 1950 e 1960.

2

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Em “[...] prática artística que usa qualquer forma de tecnologia digital [...]”, a expressão destacada é uma partícula de realce por enfatizar a ideia de recorrer a uma forma variada de tecnologia digital.
- II. Em “Como acontece com todos os novos meios [...]”, a expressão destacada introduz uma subordinação que sinaliza, a partir de uma função adverbial, tanto uma ideia causal quanto comparativa.
- III. Em “[...] utilizando ferramentas digitais e mídia sem alinhamento específico [...]”, a expressão destacada se concentra em uma função prepositiva, com valor semântico de ausência.
- IV. Em “[...] que abraçou e explorou o progresso tecnológico [...]”, a expressão destacada desempenha uma função adjetiva biforme por admitir duas formas diferentes que se adequam ao substantivo quanto ao gênero.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

3

Observando a concordância de frases adaptadas do texto, assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta.

- (A) Não se vê, hoje, trabalhos conceituais sem alinhamento específico.
- (B) O resultado dessas criações foram uma série de instalações.
- (C) Muitos artistas tem feito arte inspirada em cosmos.
- (D) A maioria desses sistemas não são estritamente digitais.
- (E) Nunca houveram tantas possibilidades no mundo da arte.

4

No excerto “À proporção que a tecnologia se tornou mais enraizada na existência cotidiana [...]”, as expressões destacadas podem ser substituídas – sem alteração semântica e de forma correta –, respectivamente, por

- (A) Conforme / aperfeiçoada.
- (B) Uma vez que / consolidada.
- (C) À medida que / erradicada.
- (D) Tendo em vista que / arraigada.
- (E) Ao passo que / assentada.

5

Considerando o uso da vírgula, assinale a alternativa em que a frase adaptada do texto está redigida corretamente.

- (A) Até que os artistas entendessem, suas tecnologias progressivas, era uma questão de tempo.
- (B) Os engenheiros Billy Klüver e Fred Waldhauer e os artistas Robert Rauschenberg e Robert Whitman, formaram o coletivo EAT, em 1967.
- (C) Nesse domínio, as obras são, agora, consideradas sob o termo mais abrangente “*new media art*”.
- (D) Embora muitos artistas no decorrer do tempo, tenham feito arte inspirada no cosmos, hoje exploram espaço e dimensões.
- (E) Na arte, a novidade do “digital”, desapareceu, à proporção que a tecnologia se tornou mais enraizada.

6

Em “Embora a arte digital não seja reconhecida como um movimento distinto [...]”, a expressão em destaque indica uma ideia

- (A) explicativa.
- (B) concessiva.
- (C) conclusiva.
- (D) comparativa.
- (E) opositiva.

7

A respeito de determinadas frases do texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Em “[...] os experimentos desse grupo representaram [...]”, o termo em destaque desempenha uma função catafórica, já que retoma o referente EAT (Experimentos em Arte e Tecnologia).
- () Em “Ainda que muitos desses sistemas não fossem estritamente ‘digitais’ [...]”, a expressão em destaque introduz uma subordinação que expressa uma oposição ao que é mencionado na frase subordinante.
- () Em “[...] foi uma série de instalações e desempenhos que incorporavam [...]”, o termo em destaque corresponde a uma função coordenativa aditiva, pois se unifica à palavra “incorporavam” a fim de conferir sentido à frase.

- (A) F – V – V.
 (B) F – F – F.
 (C) V – F – F.
 (D) V – V – V.
 (E) F – V – F.

8

Em relação à estrutura do texto, ela pode ser caracterizada como

- (A) expositiva, por assegurar a veracidade das informações pautadas em um conhecimento teórico sobre a temática da arte digital.
- (B) argumentativa, por evidenciar à sociedade contemporânea uma sequência de pontos de vista a respeito da importância da arte digital.
- (C) persuasiva, por comprovar, a partir de uma abordagem teórico-reflexiva, como se originou a arte digital.
- (D) orientativa, por evidenciar instruções teóricas a respeito do porquê de a tecnologia ter revolucionado o mundo da arte.
- (E) expositiva, por consolidar, por meio de informações teóricas, a formulação da tese de que a arte digital é um movimento artístico.

9

Em relação à função das expressões ou termos destacados, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Embora a arte digital não seja reconhecida como um movimento distinto [...]”, o termo destacado desempenha função substantiva por nomear um tipo de movimento.
- (B) Em “[...] por meio do uso de *software* astronômico digital de alta tecnologia.”, a expressão destacada desempenha função de locução adverbial por explicitar uma ideia de mediação.
- (C) Em “Em 1967, foi formado um coletivo originado pelos engenheiros Billy Klüver e Fred Waldhauer [...]”, o termo destacado desempenha função de numeral por sinalizar uma noção de pluralidade.
- (D) Em “À proporção que a tecnologia se tornou mais enraizada na existência cotidiana [...]”, a expressão destacada desempenha função prepositiva por assinalar uma noção de quantidade.
- (E) Em “[...] alguns artistas hoje estão explorando espaço e outras dimensões [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva por reforçar um sentido temporal.

10

Em “À medida que a era digital (também conhecida como a era da informação) [...]”, o sinal de parênteses foi empregado com a função de

- (A) destacar uma ideia sintetizada.
 (B) expressar um comentário crítico.
 (C) assinalar uma nota exclamativa.
 (D) indicar uma informação acessória.
 (E) intercalar uma observação própria.

Raciocínio Lógico

11

André é técnico administrativo e, no cumprimento das suas atribuições, orienta e presta atendimento aos segurados e dependentes da PARANAPREVIDÊNCIA. Registrada a sua vasta experiência e sua organização eficiente, optou-se por deslocá-lo, temporariamente, para a gestão documental, para que atuasse na classificação e no arquivamento físico e/ou eletrônico dos processos administrativos, previdenciários e judiciais. Sabe-se que André levará 30 dias úteis para concluir o trabalho se tratar de 40 processos por dia. Em quanto tempo (dado em dias úteis) ele faria o mesmo trabalho caso tratasse de 48 processos por dia?

- (A) 36
- (B) 25
- (C) 42
- (D) 21
- (E) 18

12

Considere que a proposição “Todo técnico administrativo desenvolverá estudos de séries temporais e fará modelos de análise de sobrevivência” seja falsa. Então, é correto afirmar que

- (A) todo técnico administrativo desenvolverá estudos de séries temporais e nenhum fará modelos de análise de sobrevivência.
- (B) nenhum técnico administrativo desenvolverá estudos de séries temporais e todos farão modelos de análise de sobrevivência.
- (C) nenhum técnico administrativo desenvolverá estudos de séries temporais e nenhum fará modelos de análise de sobrevivência.
- (D) algum técnico administrativo não desenvolverá estudos de séries temporais ou não fará modelos de análise de sobrevivência.
- (E) algum técnico administrativo não desenvolverá estudos de séries temporais e não fará modelos de análise de sobrevivência.

13

Uma ordem de pagamento de R\$ 5.000 foi emitida prevendo a cobrança de juros por atraso com uma taxa equivalente a 2% ao dia. Naturalmente, após uma breve análise, foi possível perceber um equívoco, e a taxa foi corrigida para 0,2% ao dia. Qual é a diferença entre os valores cobrados (antes e depois da correção da taxa) caso a ordem de pagamento seja executada com um dia de atraso?

- (A) R\$ 90.
- (B) R\$ 100.
- (C) R\$ 50.
- (D) R\$ 80.
- (E) R\$ 60.

14

Uma confeitadora vende, diariamente, um número variável x de bolos. Sabe-se que o preço cobrado é igual a R\$ 150 para bolos “encomendados” e R\$ 120 para bolos “expostos na vitrine”. Sabendo que a confeitadora vende 8 bolos “encomendados” diariamente, determine a função de primeiro grau que descreve o valor V , em reais, a ser arrecadado com a venda de x bolos, para uma quantidade $x > 8$, e assinale a alternativa correta.

- (A) $V(x) = 150x + 240$
- (B) $V(x) = 120x + 1200$
- (C) $V(x) = 120x + 240$
- (D) $V(x) = 150x + 1200$
- (E) $V(x) = 240x + 1200$

15

Observe a sequência a seguir:

P, R, P, R, E, V, P, R, P, R, E, V, P, R, P, R, E, V ...

Considerando que a sequência apresentada repita seu padrão indefinidamente, determine o par de letras que ocupa, respectivamente, a 2025ª e a 2026ª posições.

- (A) R, E.
- (B) E, V.
- (C) V, P.
- (D) R, P.
- (E) P, R.

Legislação

16

Considerando o que prevê a Lei Estadual nº 12.398/1998, o Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será composto por Conselheiros:

- (A) efetivos e suplentes, todos escolhidos dentre agentes públicos estaduais portadores de diploma universitário.
- (B) efetivos, que devem ser portadores de diploma universitário, e suplentes, que não necessitam de diploma, mas devem ser agentes públicos há mais de cinco anos.
- (C) efetivos, escolhidos dentre agentes públicos efetivos há mais de três anos, e suplentes, escolhidos dentre agentes públicos efetivos há mais de dois anos.
- (D) efetivos, que serão escolhidos dentre agentes públicos estaduais estáveis, e suplentes, que serão nomeados pelos Conselheiros efetivos.
- (E) efetivos e suplentes, todos nomeados pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

17

De acordo com o que expressamente prevê a Lei Estadual nº 12.398/1998, é uma competência do Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA

- (A) regulamentar os Planos de Benefícios Previdenciários, de Custeio e de Aplicações e Investimentos.
- (B) elaborar as Normas de Administração e o Plano de Cargos e Salários do pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA.
- (C) opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA.
- (D) elaborar a Nota Técnica Atuarial de encerramento do Exercício, da qual constará, obrigatoriamente, análise exclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.
- (E) elaborar as Diretrizes Gerais de atuação da PARANAPREVIDÊNCIA.

18

De acordo com o que dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS, o que é a certificação?

- (A) É um documento de emissão obrigatória emitido pela Administração que tem a finalidade de regular a criação de novos produtos e serviços no mercado e a manutenção da qualidade.
- (B) É um método de auditoria interna que busca punir falhas nos processos produtivos e de gestão ambiental das organizações.
- (C) É um método de controle de processos internos e externos da organização que tem a finalidade de assegurar o cumprimento das normas internas, gerir as despesas e garantir o cumprimento da lei.
- (D) É um processo de reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão e é destinada a atestar a qualidade e a funcionalidade de produtos, serviços, processos produtivos, gestão ambiental, dentre outros.
- (E) É uma determinação para que sejam seguidas as medidas elaboradas pelo Governo, a fim de identificar e coibir a prática de atos que prejudiquem o bom relacionamento interno de uma organização.

19

Em relação aos conceitos e definições trazidos pelo Manual do Pró-Gestão RPPS, relacione os itens com as suas respectivas definições e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Planejamento.
2. Atividade.
3. Mapeamento e Modelagem de Processos.
4. Manualização, Padronização ou Normalização.

- () Deve contemplar as ações a serem implementadas para a melhoria dos processos e das atividades, os padrões e as normas a serem adotados, os recursos necessários, as metas, as responsabilidades e os prazos para conclusão.
- () É a introdução de normas e padrões nos processos de acordo com padrões de conformidade, sejam normas técnicas, requisitos legais ou de qualidade, na produção de um bem ou serviço.
- () Representa as etapas e os desdobramentos de cada processo e mostra a sequência de ocorrências encadeadas para a consecução de determinada finalidade, pela transformação dos insumos (pessoas, materiais, determinações legais, métodos, informações) em produtos (bens, serviços, análise, informação).
- () São ferramentas gerenciais que permitem à organização conhecer e compreender os processos de negócio por ela executados, os processos futuros a serem desenvolvidos, identificar informações, passos, responsáveis, fraquezas e potencialidades, construir indicadores de desempenho e aumentar sua eficácia e eficiência com a melhoria do nível de qualidade dos produtos e serviços e do nível de satisfação do cliente.

- (A) 3 – 2 – 1 – 4.
(B) 1 – 4 – 2 – 3.
(C) 2 – 3 – 1 – 4.
(D) 1 – 4 – 3 – 2.
(E) 2 – 4 – 3 – 1.

20

Paulo trabalha no atendimento ao público na PARANAPREVIDÊNCIA e está realizando o atendimento de um servidor público estadual que deseja ter acesso aos seus dados pessoais sensíveis cadastrados no órgão. Com base no que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) Dados pessoais sensíveis são dados como nome, estado civil e Cadastro de Pessoa Física.
- (B) A partir do momento em que os dados são fornecidos à PARANAPREVIDÊNCIA, esta passa a ser a única responsável pelo acesso e pela titularidade desses dados.
- (C) A PARANAPREVIDÊNCIA pode recusar o pedido do servidor de acessar seus dados pessoais sensíveis, desde que apresente justificativa por escrito com base no interesse público.
- (D) O servidor pode acessar seus dados pessoais comuns sem restrições, mas os dados pessoais sensíveis necessitam de justificativa prévia para o acesso.
- (E) A PARANAPREVIDÊNCIA, mediante requisição, deve disponibilizar ao servidor acesso a seus dados pessoais sensíveis.

21

A respeito do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deverá ser realizado com o objetivo de

- (A) criar um centro de dados protegido para armazenamento das informações coletadas em uma só plataforma.
- (B) executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.
- (C) aumentar o alcance de atendimento e assegurar a eficácia das políticas públicas.
- (D) assegurar o cumprimento de medidas essenciais para a população.
- (E) garantir a segurança dos dados pessoais para que não haja riscos de danos ao Poder Público.

22

Pedro é um adolescente de 15 anos de idade que conseguiu um emprego como jovem aprendiz em uma empresa de sua cidade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, é vedado que o trabalho de Pedro seja realizado

- (A) em ambiente insalubre, ainda que seja em grau mínimo e com o fornecimento do Equipamento de Proteção Individual adequado.
- (B) em localidade diferente do município em que reside.
- (C) entre as vinte horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- (D) em local que não possua acesso por meio de transporte público.
- (E) no período vespertino, em jornada superior a três horas diárias, enquanto estiver frequentando o ensino médio.

23

Sobre os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990.

- (A) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- (B) O direito à liberdade compreende participar da vida política, na forma da lei.
- (C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 (seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (D) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (E) As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses.

24

João é pessoa idosa, mora sozinho em sua residência e possui cinco filhos já adultos e financeiramente independentes. Atualmente, João está em uma situação financeira difícil e necessita de auxílio material dos seus filhos, mas ele deseja pedir pensão a apenas um dos filhos, porque sabe que ele terá melhores condições de fornecê-la. Com base nessa situação e no que dispõe o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003, assinale a alternativa correta.

- (A) João deverá pleitear a pensão alimentícia de todos os filhos em conjunto e em valor igual para cada um deles.
- (B) João não tem direito de pleitear esse auxílio, porque a pensão alimentícia é devida dos pais aos filhos, não o oposto.
- (C) A pensão não poderá ser em dinheiro, mas sim em alimentos propriamente ditos, porque é voltada à subsistência da pessoa idosa.
- (D) João deverá pleitear os alimentos de todos os filhos, sendo que cada um contribuirá proporcionalmente às suas possibilidades financeiras.
- (E) João poderá optar por cobrar apenas um dos filhos para que preste o auxílio material, porque a obrigação alimentar é solidária.

25

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, foi recentemente alterado para instituir o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do símbolo é obrigatório para as pessoas com deficiências ocultas, independentemente do documento comprobatório da deficiência.
- (B) A não utilização do símbolo prejudicará o exercício de algumas garantias específicas previstas em lei para as pessoas com deficiência.
- (C) De uso opcional, o símbolo assegura os direitos e garantias da pessoa com deficiência oculta, dispensando a apresentação de documento comprobatório da deficiência.
- (D) A utilização do símbolo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.
- (E) A autoridade competente não pode exigir da pessoa com deficiência documento comprobatório da deficiência, por se tratar de conduta discriminatória e vexatória.

Informática

26

No editor de texto Microsoft Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, as quais, por sua vez, dividem-se em grupos. Uma das guias dessa ferramenta é a “Revisão”, na qual se encontra o grupo “Marcação”.

Sabendo disso, assinale a alternativa que apresenta uma funcionalidade pertencente ao grupo “Marcação” dessa guia.

- (A) Verificar Acessibilidade.
- (B) Contagem de Palavras.
- (C) Dicionário de Sinônimos.
- (D) Ortografia e Gramática.
- (E) Painel de Revisão.

27

Você, como técnico administrativo da PARANAPREVIDÊNCIA, recebeu uma solicitação de um beneficiário sobre o andamento de seu processo de aposentadoria. Para consultar as informações do processo, é necessário acessar a URL (*Uniform Resource Locator*) correspondente à solicitação no navegador Microsoft Edge (em português), rodando no sistema operacional Windows.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o atalho de teclado que você deve utilizar para selecionar a URL na barra de endereços e editar a consulta.

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Alt + D
- (B) Ctrl + E
- (C) Alt + E
- (D) Ctrl + F
- (E) Alt + F

28

Você, como técnico administrativo da PARANAPREVIDÊNCIA, está organizando documentos relacionados aos benefícios previdenciários e, para organizar os processos de forma eficiente, precisa criar pastas no sistema de arquivos do Microsoft Windows 11 (em português). No entanto, ao nomear essas pastas, você deve garantir que os nomes sejam válidos, já que o sistema operacional não permite o uso de determinados caracteres reservados.

Diante dessa situação, assinale a alternativa que apresenta um nome válido para uma pasta no referido sistema operacional, ou seja, que NÃO contém caracteres reservados do sistema operacional.

- (A) \Paraná_Previdência
- (B) >Paraná_Previdência
- (C) =Paraná_Previdência
- (D) *Paraná_Previdência
- (E) :Paraná_Previdência

29

Malwares são programas maliciosos desenvolvidos com o objetivo de causar danos, explorar vulnerabilidades ou acessar sistemas e redes de maneira não autorizada. Eles podem roubar informações, danificar dados, comprometer a segurança ou realizar atividades indesejadas, como o controle remoto de dispositivos, e seu objetivo principal geralmente é obter vantagem financeira ou prejudicar a vítima. Entre os tipos de malwares, um dos mais conhecidos é o “Ransomware”.

Sabendo disso, assinale a alternativa que apresenta a principal característica desse tipo específico de malware.

- (A) Usa o poder de processamento do dispositivo para minerar criptomoedas de forma ilícita.
- (B) Exibe anúncios intrusivos, muitas vezes sem permissão do usuário.
- (C) Altera o sistema operacional para esconder a presença de outros malwares.
- (D) Criptografa arquivos e exige resgate para a liberação.
- (E) Registra as teclas pressionadas pelo usuário para capturar informações confidenciais, como senhas.

30

Os periféricos de computador são dispositivos externos que ampliam as funcionalidades do sistema ao qual estão conectados. Entre esses periféricos, um tipo específico é utilizado como dispositivo apontador, facilitando a interação com a interface gráfica do sistema operacional.

Considerando essa característica, assinale a alternativa que identifica corretamente esse periférico.

- (A) Microfone.
- (B) Mouse.
- (C) Teclado.
- (D) Câmera.
- (E) Scanner.

Conhecimentos Específicos

31

No que diz respeito à base de cálculo das contribuições, a lei do ente federativo definirá as parcelas que comporão a base de cálculo das contribuições devidas ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), observados alguns parâmetros definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022. Nesse sentido, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A contribuição incidente sobre décimo terceiro salário, gratificação natalina ou abono anual incidirá sobre o valor bruto dessas verbas, com compensação dos adiantamentos pagos, mediante aplicação, em separado, das alíquotas definidas em lei pelo ente federativo.
- II. As contribuições dos beneficiários incidirão sobre o valor total do benefício, antes de sua divisão em cotas.
- III. A base de cálculo das contribuições dos segurados não poderá ser inferior ao salário-mínimo, inclusive na hipótese de redução de carga horária, com prejuízo do subsídio ou remuneração.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

32

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, as contribuições normais e as suplementares e os aportes destinados ao equacionamento do déficit atuarial, legalmente instituídos, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) até o seu vencimento, depois de apurados e confessados, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e observado, entre outros, o seguinte critério:

- (A) previsão, em cada termo de acordo de parcelamento, do número máximo de 90 (noventa) prestações mensais, iguais e sucessivas.
- (B) vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento.
- (C) autorização em legislação específica do ente federativo.
- (D) previsão das medidas e sanções, com exceção de multa, para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento.
- (E) previsão da inclusão das contribuições descontadas dos segurados e beneficiários.

33

A respeito da concessão de benefícios no RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), prevista na Portaria MTP nº 1.467/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão concedidos, entre outros, os benefícios de aposentadoria e de pensão por morte.
- (B) Durante os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e por maternidade, a remuneração dos segurados será paga diretamente pelo RPPS.
- (C) Em nenhuma hipótese, é possível a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social.
- (D) É vedado o cômputo de tempo de contribuição fictício para o cálculo de benefício previdenciário.
- (E) A conversão de tempo é permitida em atividades de risco ou nas exercidas em cargos de agente penitenciário, agente socioeducativo ou de policial em tempo comum.

34

Em relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, compõem o rol de segurados ativos:

- (A) servidores titulares de cargos efetivos; Conselheiros do Tribunal de Contas; Magistrados; membros do Ministério Público; membros da Defensoria Pública; aposentados.
- (B) Magistrados; membros do Ministério Público; membros da Defensoria Pública.
- (C) servidores titulares de cargos efetivos e agentes públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão.
- (D) membros do Ministério Público; membros da Defensoria Pública e membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.
- (E) servidores titulares de cargos efetivos; Conselheiros do Tribunal de Contas; membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

35

Quanto à pensão por morte prevista no Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A pensão por morte concedida à dependente de segurado será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- (B) Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados, ressalvado o caso do ex-cônjuge ou ex-companheiro, cujo valor do benefício será limitado ao valor da pensão alimentícia recebida do servidor na data do seu óbito.
- (C) Na existência de dependente cujo pedido encontra-se em análise, poderá haver reserva de cota até a conclusão do processo.
- (D) Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos por prazo determinado a ex-cônjuge ou ex-companheiro, este benefício cessa na data do óbito.
- (E) O condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do gerador, perderá o direito à pensão por morte.

36

Acerca da extinção, convalidação e decadência dos atos administrativos no âmbito da administração pública, é correto afirmar que

- (A) os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, independentemente de decisão que evidencie ausência de lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- (B) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (C) no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.
- (D) é exigida uma decisão final ou definitiva no âmbito administrativo para que se reconheça a anulação do ato impugnado.
- (E) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

37

O processo administrativo disciplinar é o instrumento de que dispõe a autoridade administrativa para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Acerca da sindicância e do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- (A) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- (B) A denúncia anônima invariavelmente torna nulo, desde a origem, o processo administrativo disciplinar com base nela instaurado.
- (C) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- (D) O inquérito administrativo não implica a observância do princípio do contraditório, uma vez que se trata de requisito do processo judicial e não do administrativo.
- (E) O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

38

Os princípios da Administração Pública desempenham um papel fundamental ao ditar diretrizes aos administradores públicos. Eles podem ser expressos, conforme artigo 37 da Constituição Federal de 1988, ou implícitos, sendo que os primeiros estão descritos na lei, enquanto os segundos são subentendidos pelo ordenamento jurídico.

Um desses princípios, em particular, assegura que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Assinale a alternativa que corresponde a esse princípio.

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da legitimidade.
- (C) Princípio da responsividade.
- (D) Princípio da autotutela e/ou sindicabilidade.
- (E) Princípio da eficiência.

39

Luiz, empresário interessado em explorar economicamente uma área de serviços públicos, busca entender as modalidades de delegação previstas na legislação brasileira. Ao estudar sobre os institutos da concessão, permissão e autorização de serviços públicos, ele se depara com dúvidas quanto às diferenças entre tais institutos e suas características jurídicas.

A partir do caso de Luiz, a respeito dos institutos mencionados, assinale a alternativa correta, com base na legislação brasileira.

- (A) A concessão e a permissão exigem licitação prévia, enquanto a autorização pode ser outorgada diretamente, a critério da Administração Pública.
- (B) A permissão de serviço público caracteriza-se como contrato administrativo formal e é outorgada exclusivamente a pessoas jurídicas mediante processo licitatório.
- (C) A autorização é irrevogável e, como regra, exige licitação, diferindo da concessão e da permissão, que possuem caráter precário.
- (D) A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa física, pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (E) A concessão é utilizada para delegar serviços públicos mediante contrato de adesão, sem necessidade de processo licitatório, desde que o prazo de delegação seja inferior a 5 (cinco) anos.

40

Considerando a organização da Administração Pública, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, às seguintes estruturas:

- I. Secretaria de Estado de Educação;
- II. Departamento de Educação Básica, subordinado à Secretaria Estadual de Educação;
- III. Fundação pública de ensino Beta.

- (A) Administração direta; desconcentração administrativa; administração descentralizada.
- (B) Administração indireta; administração descentralizada; desconcentração administrativa.
- (C) Administração direta; administração descentralizada; desconcentração administrativa.
- (D) Administração indireta; desconcentração administrativa; administração descentralizada.
- (E) Descentralização administrativa; descentralização administrativa; administração indireta.

41

O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são instrumentos essenciais para a gestão orçamentária pública no Brasil. A respeito desses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O PPA é elaborado anualmente e detalha as receitas e despesas específicas do governo federal para o próximo exercício financeiro.
- (B) A LDO define as metas e prioridades da Administração Pública para um período de 4 (quatro) anos, servindo de base para a formulação do PPA.
- (C) A LDO é elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, com o objetivo de regulamentar a aplicação do orçamento anual vigente.
- (D) O PPA e a LDO são aplicáveis exclusivamente ao âmbito municipal, não abrangendo o orçamento federal ou estadual.
- (E) O PPA é um planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

42

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o controle e a gestão das finanças públicas no Brasil estão fundamentados em princípios que buscam assegurar a responsabilidade fiscal e a transparência na administração dos recursos públicos. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a publicação de relatórios de gestão fiscal para evitar duplicidade de informações entre os entes federativos.
- (B) O limite de despesas com pessoal para a União é de 60% da receita corrente líquida, enquanto, para estados e municípios, é de 50%.
- (C) A concessão ou ampliação de incentivos fiscais pode ser realizada a qualquer momento, independentemente de impacto sobre as metas fiscais.
- (D) Os entes federativos devem obrigatoriamente demonstrar a compatibilidade de suas leis orçamentárias com as metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).
- (E) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina a aplicação do princípio da transparência aos municípios com população a partir de 10 mil habitantes.

43

Acerca da dívida e do endividamento no âmbito do Orçamento Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Dívida pública consolidada ou fundada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) Operação de crédito consiste na dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) Refinanciamento da dívida mobiliária é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) Dívida pública mobiliária é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) Concessão de garantia é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

44

Ana, estudante de Direito, está realizando uma pesquisa sobre a gestão fiscal no Brasil e sua relação com os princípios de transparência e controle social. Durante a pesquisa, Ana se depara com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e percebe que a transparência na gestão fiscal é um dos pilares dessa legislação. No entanto ela ainda tem dúvidas sobre como a transparência é implementada e quais são as obrigações impostas pela LRF para garantir o controle social das contas públicas.

Diante desse contexto, assinale a alternativa correta sobre LRF e transparência fiscal.

- (A) A transparência da gestão fiscal é dispensável para municípios com menos de 20 mil habitantes, uma vez que o controle social seria mais restrito.
- (B) A transparência será assegurada mediante adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido por cada ente federativo individualmente.
- (C) A LRF prevê que os tribunais de contas têm competência para fiscalizar a transparência fiscal, excluindo a participação de cidadãos ou entidades da sociedade civil.
- (D) A transparência fiscal consiste na publicação das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), não abrangendo a execução orçamentária e financeira ao longo do exercício.
- (E) A transparência fiscal exige que o Poder Executivo publique o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em meios digitais de amplo acesso.

45

A contabilidade pública é uma ferramenta essencial para o controle e gestão dos recursos públicos. Sua finalidade principal é fornecer informações úteis para a tomada de decisões, a prestação de contas e o controle social.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta um dos princípios fundamentais da contabilidade pública no Brasil.

- (A) Princípio da Competência: os fatos contábeis devem ser registrados quando ocorrem, independentemente do pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente à contabilidade pública.
- (B) Princípio da Transparência: a contabilidade pública deve garantir a divulgação ampla e clara das informações sobre a gestão pública, de forma a permitir o controle social.
- (C) Princípio da Previsibilidade: os registros contábeis devem ser realizados somente com base em fatos futuros previstos no planejamento estratégico governamental.
- (D) Princípio da Neutralidade: a contabilidade pública deve adotar práticas que não impactem as decisões de políticas públicas dos gestores.
- (E) Princípio da Parcialidade: os relatórios contábeis devem favorecer as prioridades políticas da administração pública vigente.

46

A respeito das modalidades de licitação, é correto afirmar que

- (A) concurso é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- (B) concorrência é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- (C) pregão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (D) leilão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (E) diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

47

A Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) instituiu uma nova modalidade de licitação denominada diálogo competitivo, que atende objetivos e situações específicas. Sobre essa modalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) É destinada exclusivamente para contratações de menor valor e que não demandam soluções complexas.
- (B) O órgão público define previamente a solução técnica e, depois, realiza diálogos com licitantes para ofertarem preços.
- (C) A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- (D) A Administração não poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, mesmo que não impliquem discriminação entre as propostas.
- (E) A Administração fica restrita a certas condições para se utilizar dessa modalidade de contratação, entre as quais está a de que o objeto contratado envolva inovação tecnológica ou técnica.

48

O processo licitatório tem por objetivo(s), entre outros:

- I. assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II. beneficiar empresas locais, independentemente de apresentarem a melhor proposta técnica ou econômica, priorizando sempre o desenvolvimento regional;
- III. incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Está(ão) correto(s):

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas I e III.
- (D) apenas II e III.
- (E) I, II e III.

49

Afonso é gestor de um órgão público e precisa realizar uma contratação de forma direta, sem passar pelo procedimento licitatório convencional. Durante a análise da situação, ele percebe que há possibilidades previstas em lei, como a inexigibilidade ou a dispensa de licitação. No entanto Afonso tem dúvidas sobre os critérios e as situações em que cada uma dessas modalidades pode ser aplicada.

Com base no caso de Afonso, no tocante à inexigibilidade e à dispensa de licitação na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A inexigibilidade de licitação ocorre quando o valor do contrato for inferior ao limite estabelecido pela lei para dispensa de licitação.
- (B) A dispensa de licitação é possível quando há inviabilidade de competição, como na contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) A inexigibilidade de licitação ocorre, entre outros casos, quando há impossibilidade de concorrência, como na contratação de fornecedor exclusivo de bens ou serviços.
- (D) A dispensa de licitação é obrigatória em todas as situações emergenciais ou calamitosas, independentemente da existência de outros meios para realização da contratação.
- (E) Tanto a inexigibilidade quanto a dispensa de licitação são formas de contratação direta baseadas na conveniência administrativa, sem necessidade de justificativa formal.

50

A empresa Alfa firmou contrato com o município de Beta para a construção de uma ciclovia urbana. Durante a execução do contrato, o governo estadual, por meio de decreto, alterou a legislação ambiental, exigindo que fossem realizados estudos complementares de impacto ambiental e que fossem instalados novos dispositivos de segurança ambiental não previstos no projeto inicial. Essa mudança resultou em um aumento significativo dos custos para a empresa e atrasos na obra.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa que corretamente descreve o instituto jurídico aplicável à situação.

- (A) Trata-se de força maior, uma situação externa e imprevisível que isenta ambas as partes do cumprimento do contrato, sem possibilidade de revisão dos termos contratuais.
- (B) O caso caracteriza a teoria do fato do príncipe, pois o aumento dos custos foi causado por um ato unilateral do poder público, alheio à vontade da empresa contratada.
- (C) A situação deve ser enquadrada como inadimplemento contratual por parte do município Beta, que deveria ter previsto todas as alterações normativas antes de firmar o contrato.
- (D) Não há qualquer instituto aplicável, pois a mudança legislativa estadual é um risco inerente ao contrato, uma vez que se trata de contrato administrativo e não há previsão de revisão.
- (E) O evento configura ônus ordinário do contrato administrativo, sem implicações específicas, já que alterações normativas não são motivo para reequilíbrio econômico-financeiro.

